

planos privados de saúde no sistema de saúde brasileiro. Essa é uma questão absolutamente crítica para ser discutida no âmbito das políticas de saúde no país: queremos esse sistema dual que se caracteriza por um gasto privado extremamente alto e por um subfinanciamento do sistema público? O nosso “Fio-Saúde”, por exemplo, coloca um paradoxo: como nós, defensores do SUS, defenderemos que o governo dê dinheiro para o nosso plano de saúde?

NOTAS

1 Ver apresentação de Paulo Buss em <http://www.cict.fiocruz.br/media/paulobussus.pdf> (acesso em 08/04/2009)

2 Este texto faz alusões às tabelas e gráficos que a pesquisadora apresentou durante o evento e estão disponíveis integralmente em <http://www.cict.fiocruz.br/media/clauidiasus.pdf> (acesso em 09/04/2009).

3 Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro, representante do Centro Brasileiro de Estudos em Saúde – Cebes.

4 Pesquisadora da Fundação João Pinheiro, em Minas Gerais.

5 “As contradições entre o SUS universal e as transferências de recursos públicos para os planos e seguros privados de saúde” extraído de um debate e publicado na revista *Ciência & Saúde Coletiva*, vol. 13, nº 5, outubro de 2008.

UM OLHAR SOBRE AS RELAÇÕES ENTRE O SUS E A MÍDIA

Inesita Soares de Araújo

Pesquisadora do Laboratório de Pesquisa em Comunicação e Saúde (LACES) do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica (ICICT), Fundação Oswaldo Cruz

A relação entre a saúde e a mídia admite uma infinidade de abordagens. Entre elas, escolhi falar sobre uma pesquisa desenvolvida no Laboratório de Pesquisa em Comunicação e Saúde, do Icict, e financiada pelo PDTSP - Programa de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Saúde Pública da Fiocruz¹, na qual estudamos alguns aspectos importantes dessa relação. Começarei, porém, falando sobre um de seus produtos, o Observatório Saúde na Mídia. Esse projeto, ainda nos seus primeiros passos.

A proposta do observatório é produzir ou aperfeiçoar um conhecimento sobre a saúde na mídia, ou seja, como a mídia constitui publicamente o tema da saúde, de modo a oferecer aos interessados e particularmente aos gestores subsídios para planejar a relação com os meios de comunicação.

Atualmente observa-se uma proliferação de observatórios, podendo-se perceber um movimento da sociedade no sentido do exercício do controle social, na sua acepção ampliada. Nosso observatório inscreve-se nesse movimento, focando sua atenção nos meios de comunicação.

Sob esse aspecto, podemos trazer aqui a idéia do quinto poder: uma idéia nascente, ainda por ser construída ou consolidada,

que é a sociedade exercendo controle sobre a mídia, a mídia que é considerada o quarto poder, pelo seu papel de fiscalizar os três poderes constituídos. No entanto, a idéia do quarto poder baseia-se no pressuposto equivocado de que a mídia representa os interesses da sociedade, o que sabemos que não é o que ocorre de maneira equitativa. Nesse sentido, os observatórios de mídia encontram seu lugar.

Além da participação, que na saúde traduz-se fortemente como controle social, dois princípios do SUS são inerentes ao nosso observatório: universalidade, na medida em que busca contemplar a comunicação como um direito de todos; e equidade, que buscaria garantir uma distribuição mais equitativa desse direito. Nesse caso, o observatório busca mapear e analisar que vozes e interesses estão sendo contemplados e quais estão sendo preteridas ou silenciadas.

Entre os objetivos do observatório estão, portanto, propiciar uma “vigilância” crítica sobre como os meios de comunicação produzem sentidos sobre o SUS e os temas específicos da saúde e contribuir para a democratização da comunicação na sociedade em geral e, na saúde, em particular.

O método do observatório consiste em diariamente identificar, recolher e analisar as matérias dos jornais impressos e telejornais.

A NOÇÃO DE DETERMINANTES SOCIAIS
DA SAÚDE, QUE SITUARIA A DOENÇA
NUM CONTEXTO MAIS AMPLO,
ESTÁ AUSENTE DA COMUNICAÇÃO
SOBRE A DENGUE

A proposta é disseminar essa análise por via eletrônica, no portal Fiocruz, por mala direta e por via impressa, na revista RADIS.

O observatório deverá entrar em operação no segundo trimestre de 2009. O projeto ainda tem caráter piloto e abrange Rio, Brasília, Recife e São Paulo. Os jornais impressos monitorados são: O Globo e O Dia, no Rio; Correio Braziliense, em Brasília; Jornal do Comércio e Folha de Pernambuco, em Recife e, Folha da Tarde, em São Paulo. Acompanhamos os telejornais Bom Dia Brasil, Jornal Hoje, Jornal Nacional, Jornal da Globo e o Telejornal TVE. Tendo em vista a magnitude da proposta, o tamanho reduzido da equipe tem sido a principal dificuldade, junto com a implantação da sistemática do tratamento e análise dos dados.

O observatório tem coordenação geral de Umberto Trigueiros, coordenação executiva de Izamara Bastos e participação de pesquisadores do Laboratório de Pesquisa e Comunicação. Conta com participantes no Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães (CpqAM/Fiocruz, Recife) e na Diretoria Regional de Brasília (Direb/Fiocruz), além do apoio da Coordenadoria de Comunicação Social da Fiocruz, com Wagner Oliveira.

A pesquisa "Avaliação da Comunicação na Prevenção da Dengue" partiu de três perguntas simultâneas: como a mídia fala da

dengue? como as instituições de saúde falam da dengue? e como a população se apropria dessas informações?

A pesquisa buscou, então, analisar o que e como se fala na mídia sobre a dengue, o que falam e como falam as instituições, quais os fluxos de circulação dessa comunicação. Buscou, assim, compreender como a dengue tem sido tratada pelos meios de comunicação e nos materiais das instituições de saúde, ou seja: o que se fala sobre a dengue, sobre os modos de prevenção, que vozes estão contempladas, que vozes estão sendo silenciadas. Por fim, desejou avaliar como a população se apropria dessas informações.

De 2003 a 2006 fizemos monitoramento em análise de mídia, sempre de outubro a maio, período que corresponde aos tempos em que o mosquito “faz a festa”. Monitoramos O Globo, O Dia, o RJTV e o Jornal Nacional, jornais mais lidos e assistidos na região do complexo de Manguinhos, área que escolhemos para a avaliação junto à população.

Fizemos análise discursiva desse material e, a partir de 2006, publicamos alguns boletins com fatos e análises. Os boletins, bimestrais, tinham circulação *online* e via mala direta e neles procurávamos contemplar vozes dos três segmentos estudados; a mídia, as instituições de saúde e a população.

Para responder à segunda pergunta, o quê e como as instituições falam sobre a dengue, fizemos o mapeamento dos fluxos e análise dos materiais educativos e informativos sobre a dengue (2003 a 2006), desde o Ministério até a população de Manguinhos.

Fizemos também a análise desses materiais. O mapeamento permite análises, em cada etapa de preparação e circulação dos materi-

NA MÍDIA, O TEMA ESTÁ SUBORDINADO
ÀS LÓGICAS DA NOTÍCIA:
SE NÃO HÁ EPIDEMIA, NÃO HÁ NOTÍCIA.
NAS INSTITUIÇÕES DE SAÚDE SÓ SE FALA
DE UM PROBLEMA QUANDO FICA CRÍTICO

ais, das instâncias que vão produzindo sentido. Nota-se como o processo é complexo até chegar na população.

A terceira pergunta foi como a população se apropria dessas informações? Fizemos entrevistas nos locais de moradia. O método foi a aproximação das pessoas pela rede de relações, consideradas muito importante na produção social dos sentidos. Fizemos também entrevistas no “Fiocruz para Você”², que concentrava uma quantidade de pessoas muito grande e com a atenção já orientada no tema da saúde. Posteriormente fizemos análise das falas colhidas nas entrevistas.

Embora o relatório final ainda não esteja consolidado, podemos adiantar alguns resultados. Primeiro, constatamos uma enorme circularidade entre a fala das instituições e a da mídia.

Contraditoriamente, o discurso mais comum na saúde é que a mídia contraria nossos interesses, não fala o que nós queremos. E, no entanto, é patente a semelhança entre os dois dispositivos de comunicação, o da mídia e o das instituições. A propósito, promovemos, no contexto dessa pesquisa, um debate com os editores de saúde do RJTV e alguns dos editores dos órgãos que nós estávamos monitorando e pudemos constatar que a principal fonte de informação para a questão da dengue era o site da Fiocruz.

AS INSTITUIÇÕES CONTINUAM
COM POLÍTICAS E PRÁTICAS CAMPANHISTAS,
PERSPECTIVAS NORMATIVAS,
TECNICISTAS E TODOS OS VÍCIOS DE
30, 40 ANOS ATRÁS

E isso pode ser visto com clareza. Ambos os dispositivos privilegiam as vozes classicamente autorizadas, que são as das próprias instituições, a fala médica e a fala da ciência. Não há espaço para a população, que é silenciada, excluída da construção dos sentidos da dengue nesse espaço público, a não ser para legitimar a fala autorizada.

O tema dengue, na mídia, está subordinado às lógicas da notícia (princípio da noticiabilidade), ou seja, se não há epidemia, não é notícia. E isto se dá não só na mídia mas, também, nas instituições de saúde, com o critério da comunicação sazonal, ou seja, só se fala de um problema de saúde no momento em que ele fica crítico.

Um outro elemento comum é a descontextualização da dengue em relação à vida da população. A noção de determinantes sociais da saúde, que permitiria perceber a dengue num contexto sócio-econômico e político mais amplo, está completamente ausente da comunicação sobre a dengue. Em contrapartida, a população contextualiza, principalmente em relação às suas condições de vida e às políticas públicas.

Ainda citaria o fato de que ambas ignoram a existência de um conhecimento prévio (ou contemporâneo) da população sobre saúde, doença e sobre a própria dengue. Ignoram mesmo os próprios

discursos construídos anteriormente pelas instituições, como o discurso higienista, que na sua premissa básica contraria a prevenção da dengue: sujeira = doença. Partem de um “degrau zero” do conhecimento, perdendo a oportunidade de uma interlocução mais produtiva e com melhores resultados no âmbito da prevenção.

Fizemos também um mapeamento das fontes e fluxos da comunicação para a população de Manguinhos. O resultado apontou algumas coisas muito interessantes, entre as quais eu citaria o papel dos agentes da Prefeitura, garis e outras figuras comunitárias. Eles aparecem como muito relevantes nesse mapa. Seu grau de importância se equivale, aqui, à escola, à família, à vizinhança e à mídia, particularmente a TV. Porém, como a mídia enfatiza muito o papel dessas figuras em suas reportagens, não é possível estabelecer até que ponto para a população os sentidos sobre a dengue são produzidos pela mídia ou pelo conjunto de fontes associadas.

A mídia hoje está presente em todas as instâncias sociais, ela é de fato onipresente. No entanto, na pesquisa a mídia é quase sempre associada a fontes interpessoais, ninguém fala: eu aprendi na mídia, mas eu aprendi na mídia e com o meu vizinho, aprendi na mídia e com as pessoas que estão em contato comigo. As escolas aparecem como importantes pontos de informação.

Hoje a ideia de determinantes sociais da saúde vem avançando rapidamente entre nós. No entanto, no âmbito da comunicação, isso não vem ocorrendo e as instituições continuam com políticas e práticas campanhistas, perspectivas normativas, tecnicistas e com todos os vícios de 30, 40 anos atrás.

Essa ideia de polarização mídia-SUS, ou da mídia contra o SUS, prejudica o entendimento real do processo de produção social